

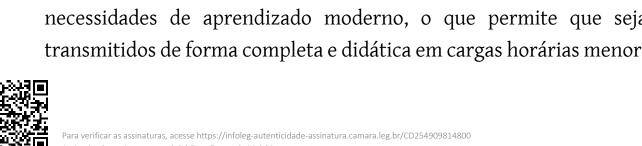
## - CMMPV 1286/2024 EMENDA Nº (à MPV 1286/2024)

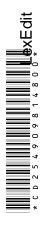
Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:


§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada."

## **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de emenda fundamenta-se na evolução do perfil das ações de capacitação, impulsionada pelas inovações tecnológicas e pelas novas metodologias de ensino. Atualmente, os conteúdos são mais objetivos, dinâmicos, interativos e alinhados às necessidades de aprendizado moderno, o que permite que sejam transmitidos de forma completa e didática em cargas horárias menores.





Dessa forma, a flexibilização proposta permite que os servidores aproveitem ao máximo as oportunidades de capacitação disponíveis, independentemente da carga horária de cada ação. Isso porque a medida reconhece que a limitação de um mínimo de 20 horas para o somatório de carga horária não se alinha mais à realidade das ações de capacitação atuais. Com o avanço das tecnologias educacionais e a adoção de metodologias mais eficientes, é possível alcançar os objetivos de aprendizagem em menos tempo, sem comprometer a qualidade do desenvolvimento profissional.

Exemplos disso podem ser observados no catálogo de cursos da ENAP,

Ao permitir o somatório de cargas horárias menores, a medida valoriza o esforço contínuo dos servidores em se capacitar, reconhecendo que o aprendizado acumulado em diversas ações, mesmo que de curta duração, contribui significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais ao desempenho de suas funções. Além disso, a alteração está em consonância com o Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024, que prevê a modernização e a adaptação das normas às necessidades atuais dos servidores e das instituições.

A alteração proposta também reforça o compromisso com a modernização da administração pública, ao adaptar as normas às práticas educacionais contemporâneas. Para tanto, a medida reconhece que o aprendizado efetivo não está necessariamente vinculado à duração das ações, mas sim à qualidade e à aplicabilidade dos conteúdos. Isso permite que os servidores tenham acesso a uma variedade maior de oportunidades de capacitação.





Por fim, é importante destacar que a alteração não gera impacto orçamentário, uma vez que não implica em mudanças estruturais ou financeiras. Trata-se de uma revisão normativa que visa garantir maior flexibilidade e eficiência na capacitação dos servidores, alinhando-se aos princípios de modernização e valorização do serviço público.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Fernanda Melchionna (PSOL - RS)

Deputada Sâmia Bomfim (PSOL - SP)

Deputado Glauber Braga (PSOL - RJ)





## Emenda à Medida Provisória (CN) (Da Sra. Fernanda Melchionna)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação: " Art. 10 - B. ..... ...... § 6° No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada."

Assinaram eletronicamente o documento CD254909814800, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) Fdr PSOL-REDE

